

## EDITORIAL

DOI

<http://doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v18i35p5-7>

A nova edição da Revista CPC apresenta um panorama do universo ampliado das complexidades do patrimônio cultural no Brasil, com textos e reflexões que apontam para os muitos caminhos que as pesquisas nacionais têm tomado. O conjunto de artigos vai do edificado ao urbano, das questões da educação patrimonial aos problemas técnicos da conservação, chegando aos temas da diversidade sexual e das políticas e legislações de salvaguarda do patrimônio. Os interesses diversos que os temas do patrimônio cultural têm despertado são acolhidos pela Revista CPC na medida em que entende os seus significados e valores sob a perspectiva multidisciplinar em que diversas áreas de conhecimento contribuem e trazem novas questões. Os artigos contemplam espaços em todo o território nacional, como Olinda, Goiás, São Paulo, Campinas e Belém, oferecendo uma oportunidade de reflexão crítica também das especificidades, expressões e materialidades locais.

Abre a edição o artigo de Rívia Ryker Bandeira de Alencar e Renata de Sá Gonçalves, com um rico panorama das pouco mais de duas décadas das políticas do patrimônio imaterial no Brasil realizadas pelo Iphan. A Lei 3551/2000, que estabelece o registro do patrimônio cultural em âmbito nacional, trouxe inúmeras novidades para as práticas, reconceituando, também, o lugar dos sujeitos sociais e dos significados e possibilidades do patrimônio. O artigo faz um panorama dos bens registrados, quantitativos e gráficos, características, distribuições regionais dos bens reconhecidos e escolhas dos livros para registro. Se o tema do registro do patrimônio imaterial é conhecido das produções e reflexões críticas, o artigo contribui apresentando a amplitude e complexidade das experiências brasileiras.

O artigo seguinte, escrito por Bruna Quintero e Andrea de Oliveira Tourinho, enfrenta a dimensão da diversidade sexual no patrimônio. Olhando para o caso de São Paulo, as autoras chamam a atenção para os grupos sociais silenciados no patrimônio e identificam espaços de sociabilidade das

identidades LGBTQIAP+ na cidade de São Paulo entre o início do século XX e meados da década de 2010. Trata-se de um tema cada vez mais articulado e demandado pelos grupos para os quais a memória e o patrimônio podem ter importante papel na constituição de direitos e de legitimidades históricas.

Da cidade para os museus, o texto de Ariane Salgado discute as práticas educativas em museus de arte por meio da revisão bibliográfica. Dialogando com outras pesquisas já realizadas e com a bibliografia teórica, reflete sobre a história e os conceitos mobilizados em experiências variadas dos museus de arte no Brasil. A leitura fornece o acesso às articulações teóricas e práticas da educação museal e da sua relação com a arte.

O texto de Eudes Rocha, Arnaldo Carneiro e Cristiana Monteiro insere-se em uma tradição de estudos sobre as técnicas de diagnóstico sobre o estado de conservação e da materialidade das edificações. Atentando-se ao estudo da Igreja de Nossa Senhora dos Homens Pretos, em Olinda (PE), utiliza técnicas de infravermelho para identificar os principais mecanismos de deterioração atuantes na edificação. Os resultados do mapa de danos e dos ensaios de termografia de infravermelho indicam as necessárias ações para a manutenção e a conservação do bem cultural estudado.

Os três últimos artigos discutem o patrimônio urbano e edificado sob diferentes perspectivas. Thainá Oliveira e Flávia Palácios olham para os diversos coretos de ferro de Belém (PA), discutindo o desafio da preservação de oito exemplares remanescentes. O artigo reflete historicamente sobre os coretos e sobre as relações da população com eles, buscando a significância cultural e dos valores patrimoniais. Os coretos foram equipamentos urbanos muito importantes na história das cidades brasileiras. Aqueles que permanecem são desafiados para uma nova construção de sentidos e afetos em meio às demandas por modernização. Ao buscarem compatibilizar os valores históricos aos da população, as autoras investigam os sentidos da sua permanência às gerações futuras. Mariana Raposo e Ana Paula Farah falam sobre um patrimônio também frágil em nossas cidades, o da moradia para os trabalhadores. Da mesma forma, problematizam, com um caso concreto, a importância e potencial da legislação urbana no patrimônio, tema recorrente em diversas cidades brasileiras. Interessadas nas formas de acautelamento dos bens culturais, buscam compreender as articulações possíveis, ou desejáveis, entre a preservação e o instrumento

do plano diretor no bairro da Vila Industrial em Campinas. Estudando a formação histórica do bairro e chegando ao Plano Diretor, defendem a importância da preservação deste bem cultural e as possíveis interpretações dadas pela legislação urbana. O texto de Karine Oliveira trata do caso de Goiás, cidade que é patrimônio nacional e mundial e passou por diversas políticas de preservação ao longo de sua trajetória. A autora detém-se em duas intervenções em imóveis realizadas pelo Programa de Aceleração do Crescimento Cidades Históricas (PAC-CH) entre os anos 2014-2017, discutindo como elas mobilizam os valores estabelecidos pelo tombamento federal. O estudo atém-se a dois interessantes casos, o Mercado Municipal e o Cine Teatro São Joaquim, que são potenciais de indagação crítica sobre as políticas nacionais e suas reiteraões.

As relações entre materialidade e imaterialidade e seus valores nos bens tombados são foco de atenção da resenha crítica que Cristiane Gonçalves realiza do livro de Natália Viera-de-Araújo, *Materialidade e imaterialidade no patrimônio construído: Brasil e Itália em diálogo* (Editora UFPE, 2022). Cumprindo o papel de apresentar aos leitores as novas produções nacionais sobre o patrimônio no Brasil, a seção Resenha traz a cada edição um livro recente que discute novos conceitos, aponta novas temáticas ou desafios.

Finaliza a edição o relato de uma importante frente de trabalho do Centro de Preservação Cultural da USP/Casa de Dona Yayá. Ao longo de 2023 o Grupo de Trabalho Acervos da USP, articulado à Rede de Conservação Preventiva e à Rede USP de profissionais de Museus e Acervos tem se debruçado sobre os desafios da preservação de acervos na nossa instituição, procurando debater com gestores e especialistas os seus principais temas. O relato de Cibele Monteiro da Silva, Flávia Andréa Machado Urzua, Ina Hergert, Juliana Bechara Saft, Miriam Della Posta de Azevedo, detalha o primeiro seminário realizado pelo Grupo de Trabalho, em abril deste ano, apontando os resultados obtidos até o momento.

*Flávia Brito do Nascimento*

Editora